



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº , DE 2004 (Do Sr. Murilo Zauith)

Propõe que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle realize ato de fiscalização e controle para apurar a regularidade das despesas com passagens aéreas, no exercício de 2003, efetuadas pelo Governo Federal, indicando a evolução desses gastos com base no exercício anterior.

Senhor Presidente,

Com fulcro no art. 100, § 1º, combinado com os artigos 60, inciso I, e 61 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, proponho a Vossa Excelência que, ouvido o digno Plenário desta Comissão, adote as medidas necessárias para realizar ato de fiscalização e controle com vistas a apurar a regularidade das despesas com passagens aéreas, no exercício de 2003, efetuadas pelo Governo Federal, indicando a evolução desses gastos com base no exercício anterior.

JUSTIFICAÇÃO

A imprensa livre tem publicado no transcorrer deste ano, em diversos jornais, notícias sobre determinadas despesas realizadas pelo Governo Federal, incluídas entre elas as referentes a passagens aéreas. Segundo o noticiário, o Poder Executivo é responsável por cerca de 82% das despesas com passagens e diárias. Essa participação é considerada relevante, uma vez que o Poder Legislativo, cujos membros retornam, quase que semanalmente, a seus redutos eleitorais, contribui para tal despesa com apenas 15%.

Ademais, um dos desafios do atual Governo é reduzir esse tipo de despesa, como verifica na reportagem do Correio Braziliense, de 15/03/2004, sob o título “R\$ 1 bilhão gastos com viagens”, que contém o seguinte trecho:



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Durante as reuniões do governo de transição, uma das providências determinadas por Lula a um dos assessores mais próximos, Luiz Dulci – que se tornou Secretário Geral da Presidência da República – foi o de baixar a cifra com viagens. No último ano da administração de Fernando Henrique Cardoso, as despesas com locomoção de autoridades ultrapassaram a casa de R\$ 1 bilhão. Apesar da intenção do governo para mudar a rotina de gastos, o cenário quase não se alterou. Em 2003, a conta fechou em R\$ 933 milhões.

Um outro aspecto que chama a atenção refere-se à falta de aproveitamento, pelo Governo Federal, dos benefícios concedidos pelos programas de fidelidade das companhias aéreas. Atualmente, esses programas premiam com uma passagem os seus usuários após determinada quantidade de vôos ou milhagem. Todavia, segundo a referida reportagem, esse prêmio é usufruído pelo próprio funcionário para viagens particulares. Dados levam a crer que se as milhas fossem revertidas para a administração pública, a medida representaria uma economia de cerca de R\$ 54 milhões.

De acordo ainda com a reportagem, a falta de informações precisas sobre essas despesas também é um fator de complicação para os órgãos de controle. Mesmo com o acesso ao SIAFI, as despesas dessa natureza registradas no sistema não correspondem ao montante efetivamente gasto, pois existe um cartão de crédito corporativo destinado à compra de bilhetes aéreos e materiais e serviços emergenciais de baixo custo. No SIAFI “aparece apenas o valor global da fatura dos cartões. Não há especificações das despesas e nem de quem as efetuou. Apenas os departamentos de controle interno dos órgãos têm acesso às informações detalhadas.”

Desse modo, tendo em vista a elevada monta de recursos financeiros com passagens aéreas e a falta de transparência de informações relacionadas com despesas dessa natureza, é que proponho esta proposta de fiscalização financeira. É importante esta Casa conhecer porque não se consegue reduzir tais dispêndios, apesar da manifesta intenção do Presidente da República nesse sentido.

Sala das Comissões, Brasília, de de 2004

Deputado **MURILO** Zauith
PFL/MS